

Sra. Presidente e Srs. deputados:

A causa principal do meu insucesso eleitoral foi a de destoar eu, aqui na Assembleia, do situacionismo estadual, apresentando proposições sem ouvi-lo, criticando as idéias originárias e votando contra vetos... Não obtive nomeações nem promoções no funcionalismo público ou em autarquias; meus pedidos de melhoramentos para cidades do interior engavetados foram e até as subvenções por mim distribuídas, inclusive para instituições de caridade, tiveram o seu curso emperrado... Bati-me, pois, nesta e noutras legislaturas, como o paladino épico de Rostand: "pour la gloire e pour des prunes".

Machiável, o estadista florentino, acha que só é hábil político aquele que segue as pegadas do Governo, como o urso que dança ao tilinto dos guizos do pandeiro.

Segundo Machado de Assis, o João, sineiro da igreja de certa cidade brasileira, adota uma tal política. Crianças vão ao batismo e noivas ao casamento, o João replica os sinos em sinal de regozijo. Morre alguém ou algum defunto ali aparece para ser encomendado, o João em sinal de pesar, dobra os mesmos sinos...

E acrescento: quando o parlamentarismo derrubou o presidencialismo, o João, em furor patriótico, badalou os seus sinos, em festivos bimbahos... Ananã, se o parlamentarismo — não tenham V. Exas., Sra. Presidente e Srs. deputados, a menor dúvida, vencer o presidencialismo, o João, em furor pa-

trístico, badalará os mesmos sinos, em bimbahos festivos... Para tanto, traz ele os sinos sempre areados, alumiando, prontos para toques e dobres, em badaladas, badalações, badalamentos!...

Disse-me um senador que o político deve seguir a tática de um vendedor de calçados:

Estes sapatos me apertam...

Assim devem ser, pois, com o andar, eles alargam.

Estes sapatos me estão largos.

Assim devem ser, pois, com o suor dos pés, eles encolhem.

Estes sapatos me estão justos...

Assim devem ser: nem apertados nem folgados. E como ficam bem nos seus lindos pés, minha formosíssima freguesa!

Era, Sra. Presidente e Srs. deputados, o que eu tinha a dizer nesta quente e luminosa tarde de dezembro, o mês das festas redentorais. Ai vem a "Noite Azul do Natal", comemorando a data do nascimento de Jesus — para quem aflitos, os tristes, os insatisfeitos e os sonhadores, todos, enfim, que passam noites em claro, sobre a cama revolva e o travesseiro molhado, à espera de uma restea de luz do seu olhar... Jesus! Jesus! Tende piedade de nós!...

(Publicado novamente por ter saído com incorreções).

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO

FOLHETOS E SEPARATAS À VENDA

Compras a dinheiro: Secção de Vendas, Rua da Glória, 316 — Compras mediante Empenho: apresentar a Nota de Empenho à Rua da Glória, 358 e retirar o material à Rua da Glória ns. 891/893

DECRETOS, LEIS E PORTARIAS DO ESTADO

DECRETO N. 5.195 (14 de setembro de 1931) — Uniformiza o processo para importação e cobrança de multas em virtude de infrações de leis e regulamentos cuja execução está a cargo da Secretaria da Agricultura Indústria e Comércio e repartições anexas. DECRETO N. 6.302 (22 de fevereiro de 1934) — Dispõe sobre o comércio de adubos e de produtos destinados à alimentação de animais domésticos. DECRETO N. 6.391 (12 de abril de 1934) — Altera disposições do Decreto n. 6.302 de 22 de fevereiro de 1934 dispondo sobre o comércio de adubos e de produtos destinados à alimentação de animais domésticos. 6,00	
DECRETO N. 5.885 (21 de abril de 1933) — Estabelece medidas de ajustamento a nova situação criada pelo Código de Educação e dá outras providências sobre o ensino. 13,00	
DECRETO N. 6.283 (25 de janeiro de 1934) — Cria a Universidade de São Paulo e dá outras providências. 7,00	
DECRETO N. 8.053 (26 de dezembro de 1936) — Estabelece novo regulamento para a execução das obras públicas em geral no Estado. LEI N. 3.726 (15 de janeiro de 1957) — Fixa limite dispensa de concorrência na execução de obras ou serviços. DECRETO N. 28.406 (15 de maio de 1957) — Altera o § 2.º do art. 36 do regulamento de obras públicas do Estado (DECRETO N. 8.053 de 26-12-1936). 16,00	
DECRETO N. 12.427 (29 de dezembro de 1941) — Consubstancia novas disposições relativas à carreira do Magistério Público primário e dá outras providências. 4,00	
DECRETO N. 12.800 (8 de julho de 1942) — Aprova as diretrizes gerais e programas de ensino para as Escolas práticas de Agricultura. 13,00	
DECRETO-LEI N. 13.156 (30 de dezembro de 1942) — Estabelece disposições relacionadas com execução orçamentária do Estado e dá outras providências. DECRETO-LEI N. 13.163 (31 de dezembro de 1942) — Estabelece medidas de caráter financeiro. DECRETO-LEI N. 13.168 (31 de dezembro de 1942) — Dispõe sobre formas de liquidações escrituradas e pagamentos de despesas de exercícios encerrados e dá outras providências. DECRETO-LEI N. 13.229 (11 de fevereiro de 1943) — Dispõe sobre adiantamento e suprimentos de fundos. Prestação e tomada de contas em geral e dá outras providências. 4,00	
DECRETO-LEI N. 14.918 (6 de agosto de 1945) — Leis de Terra seguido de ligeira análise de seus pontos capitais. 6,00	
DECRETO-LEI N. 15.642 (9 de fevereiro de 1946) — Aprova o Regulamento do Policiamento da Alimentação Pública. 70,00	
DECRETO N. 18.504 (18 de fevereiro de 1949) — Dá novo regulamento aos artigos 3.º, 4.º, 5.º, 6.º, 7.º, 8.º, 9.º, 10.º, 35.º, 38.º, 53.º, 54.º da Lei 105 de 13 de novembro de 1948 (Imposto de Vendas e Consignações). 6,00	
DECRETO N. 21.115 (29 de dezembro de 1951) — Dá regulamentos aos artigos 1.º, 2.º, 3.º, 4.º, 5.º, 6.º, 9.º, 12.º, 13.º, 35.º, 36.º, 37.º e 57.º da Lei 1.297 de 6-11-51; modifica o regulamento para o recolhimento em parcelas do imposto, transmissão de propriedade imobiliária "Inter-Vivos" e dá outras providências. 4,00	
DECRETO N. 23.240 (5 de abril de 1954) — Consolida as disposições legais vigentes sobre processo administrativo e baixa instruções. 3,00	
DECRETO N. 26.570 (12 de outubro de 1956) — Regulamenta o Ensino Profissional Livre de acordo com a Lei n. 3.344 de 12 de janeiro de 1954. 5,00	

DECRETO-LEI N. 25.530 (19 de setembro de 1959) — Aprova o Estatuto dos Ferroviários das Estradas de Ferro de propriedade e Administração do Estado. 17,00	
LEI N. 1 (18 de setembro de 1947) — Dispõe sobre a Organização dos Municípios. 7,00	
LEI N. 1.452 (26 de dezembro de 1951) — Dispõe sobre os concursos públicos para provimento de cargos iniciais de carreira e isolados. DECRETO N. 21.406 (19 de maio de 1952) — Regulamenta a realização dos concursos de que trata a Lei n. 1.452 de 26 de dezembro de 1951. DECRETO N. 21.514 (26 de junho de 1952) — Dá nova redação ao artigo 1.º do Decreto n. 21.406 de 19 de maio de 1952. 4,00	
LEI N. 2.456 (30 de dezembro de 1953) — Dispõe sobre o Quadro Territorial Administrativo e Judiciário do Estado para o quinquênio 1954-1958 e dá outras providências. 70,00	
LEI N. 2.484 (16 de dezembro de 1955): a) — Lei Orgânica dos Municípios; b) — Excertos da Constituição do Estado referente aos Municípios. 3,00	
LEI N. 3.672 (29 de dezembro de 1956) — Altera a legislação do Imposto de Selo sobre os atos regulados por lei estadual os serviços de sua justiça e os negócios de sua economia e dá outras providências. LEI N. 3.684 (31 de dezembro de 1956) — Dispõe sobre o pagamento de Imposto sobre Vendas e Consignações e dá outras providências. LEI N. 3.688 (31 de dezembro de 1956) — Dispõe sobre medidas de caráter financeiro e dá outras providências. 30,00	
DECRETO N. 27.139 (31 de dezembro de 1956) — Dispõe sobre a arrecadação do Imposto de Selo sobre os atos regulados por lei estadual, os do serviço de sua justiça e os negócios de sua economia. 10,00	
LEI N. 4.832 (4 de setembro de 1958) — Dispõe sobre a substituição de regime de pecúlio obrigatório vigente no Instituto de Previdência do Est. do por pensão mensal e dá outras providências. 10,00	
LEI N. 5.017 (15 de dezembro de 1958) — Dispõe sobre a realização dos concursos e provas de habilitação para provimento de cargos públicos de carreiras ou isolados e dá outras providências. DECRETO N. 35.092 (16 de junho de 1959) — Regulamenta a Lei n. 5.017 de 16 de dezembro de 1958 que dispõe sobre a realização de concurso e de provas de habilitação para provimento de cargos públicos de carreiras ou isolados e dá outras providências. 10,00	
LEI N. 5.465 — Dispõe sobre medidas de caráter financeiro e dá outras providências. 8,00	
LEI N. 5.588 (27 de janeiro de 1960) — Dispõe sobre aumento de vencimentos e salários dos servidores civis bem como os da Guarda Civil de São Paulo e da Força Pública do Estado e dá outras providências. 15,00	
ATO N. 10 (27 de janeiro de 1950) — Regimento Interno dos Ginásios e Colégios Estaduais. 6,00	
ATO N. 10 (24 de fevereiro de 1956) — Dispõe sobre o Regimento Interno dos Institutos de Educação subordinados ao Departamento de Educação. 13,00	
ATO N. 21 (10 de março de 1949) — Regimento Interno dos Estabelecimentos de Ensino Secundário e Normas. 4,00	
ATO N. 46 — 1.º Ano (26 de julho de 1949) — Programa para o Ensino Primário Fundamental. 13,00	
ATO N. 65 (29 de agosto de 1950) — Programa para o Ensino Primário Fundamental Comum de Desenho, Trabalhos Manuais, Economia Doméstica, Canto, Educação Sanitária e Educação Física. 25,00	

ATO N. 35 — 5.º Ano (22 de abril de 1950) — Programa para o Ensino Primário Fundamental. 70,00	
--	--

DIVERSOS

ASSISTENCIA MEDICA ESCOLAR — DIVULGAÇÃO DE HIGIENE ESCOLAR — Dr Francisco Figueira de Melo. 6,00	
CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO — Promulgada em 9 de julho de 1947. 21,00	
MANUAL DO DEPUTADO. 80,00	
QUADRO DE CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA REGIMENTO DE CUSTAS — Tabela de custas devidas inicialmente ao Estado escrivão e a Ordem dos Advogados. 16,00	
REGIMENTO INTERNO DA CAMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO — Resolução n. 1 de 10 de setembro de 1936. 6,00	

DECRETOS LEIS E PORTARIAS FEDERAIS

DECRETO-LEI N. 5.894 de (20 de outubro de 1948) — Código de Caça e Pesca e outras leis decretos e Portarias referentes ao Código de Caça e Pesca. DECRETO-LEI N. 194 (19 de outubro de 1938) — Código de Pesca. 10,00	
DECRETO-LEI N. 1.202 (8 de abril de 1939) — medeia sobre o uso de medidas e instrumentos. Dispõe sobre a administração dos Estados e Municípios. DECRETO-LEI N. 5.511 (21 de maio de 1943) — Altera e modifica disposições sobre a administração dos Estados e Municípios. 4,00	
DECRETO-LEI N. 1.608 (18 de setembro de 1939) — Código de Processo Civil. 35,00	
DECRETO-LEI N. 2.848 (7 de dezembro de 1940) — Código Penal. 60,00	
DECRETO-LEI N. 3.688 (2 de outubro de 1941) — Lei das Contravenções Penais. DECRETO-LEI N. 3.689 (2 de outubro de 1941) — Código de Processo Penal. 3,00	
DECRETO-LEI N. 4.657 (4 de setembro de 1942) — Lei de Introdução do Código Brasileiro. 3,00	
DECRETO-LEI N. 5.186 (13 de janeiro de 1943) — Regula o uso da ortografia simplificada em todo País. DECRETO-LEI N. 20.108 (15 de junho de 1931) — Dispõe sobre o uso da ortografia simplificada de idioma nacional nas repartições públicas e nos estabelecimentos de ensino. DECRETO-LEI N. 23.028 — Torna obrigatório o uso da ortografia resultante de acordo entre a Academia de Letras e Academia das Ciências de Lisboa. DECRETO-LEI N. 292 (23 de fevereiro de 1938) — Regras para acentuação gráfica. 10,00	
DECRETO-LEI N. 5.452 (1.º de maio de 1943) — Consolidação das Leis do Trabalho. 25,00	
LEI N. 605 (5 de janeiro de 1949) — Repouso semanal remunerado e pagamento de salário nos dias feriados civis e religiosos. 3,00	
CONSTITUIÇÃO FEDERAL — Promulgada em 18 de setembro de 1946. 3,00	
PORTARIAS NS 170 e 172 (11 e 15 de julho de 1942) — Programa de Português para o Curso Ginásial. 3,00	

PREFEITURA MUNICIPAL

DECRETO N. 3.052 (28 de dezembro de 1953) — Aprova Consolidação das Posturas Municipais. 65,00	
LEI N. 4.066 (14 de junho de 1951) — Institui Normas relativas à admissão, direitos, deveres e responsabilidades dos extranumerários diurnos e tateiros. 6,00	
LEI N. 4.615 (13 de janeiro de 1956) — Regula as condições gerais das edificações. 15,00	

PELO CORREIO — PORTE MEDIANTE CONSULTA PRÉVIA — NOS CHEQUES VISADOS, VALES OU ORDENS ENVIADOS NÃO DEVEM CONSTAR NOMES OU CARGOS, MAS APENAS

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO
ESTA REPARTIÇÃO NÃO PODE FAZER FORNECIMENTOS PELO SERVIÇO DE REEMBOLSO POSTAL